

EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS EM DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO

Andrea Moruzzi¹

Denise Leppos²

Mayra Silva dos Santos³

Gabriella Pizzolante da Silva⁴

RESUMO

O trabalho visa apresentar o mapeamento e a análise produzida no interior do grupo de pesquisa InFemis - Infância e Feminismos da Universidade Federal de São Carlos, a respeito das preposições metodológicas e procedimentais que abarcam pesquisas feministas, refletindo sobre o efeito dessas preposições quando dialogadas com as pesquisas em Educação. Como critério para localização dessas pesquisas, utilizou-se as palavras-chave - feminismo, feministas, pesquisas feministas e metodologias de pesquisas feministas. O repertório encontrado foi estudado e analisado pelo grupo, sendo possível indicar algumas premissas iniciais, a destacar: abordagens ligadas às temáticas de gênero e que trazem a problematização da desigualdade; referentes à construção de estratégias para a promoção da equidade; pesquisas e metodologias propositivas, isto é, que procuram trazer uma dimensão pragmática para a transformação social, a qual em si é o grande propósito dessas perspectivas; abordagens que se preocupam com a linguagem, com a ética e com a visibilidade de pessoas que são normalmente escanteadas, como mulheres, mulheres negras, pessoas trans entre outras. Para todas essas premissas, há direcionamentos e orientações que podem ser incorporadas nas pesquisas em Educação, sobretudo, naquelas que se preocupam com a equidade e a justiça

1 Docente no Programa de Pós-graduação da UFSCar. Líder do grupo InFemis - Infância e Feminismos. andreamoruzzi@ufscar.br

2 Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Professora efetiva da rede municipal de São Carlos. de_depaula21@hotmail.com

3 Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGE/UFSCar. E-mail: mayra.silva@estudante.ufscar.br.

4 Mestra em Educação Escolar pela UNESP. Doutoranda em Educação - UFSCar. Professora da Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar. Contato: gabi.pizzolante@ufscar.br

social, tal como as abordagens feministas. Pretende-se, desse modo, trazer de forma sistematizada essas discussões no intuito de expandir e alargar esses pressupostos para outros campos e ações.

Palavras-chave: Feminismos, Metodologias, Equidade, Gênero.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso compreender que o feminismo é um movimento amplo e plural, com diferentes frentes de atuação, que se manifestam em movimentos políticos, nos ativismos feministas, nos feminismos acadêmicos e teóricos, nos movimentos sociais, etc. Dentro dessa ampla e diversa rede viva que é o feminismo, este trabalho está focado na discussão de como e quais perspectivas teóricas têm se desenhado no feminismo institucional acadêmico. É preciso dizer, ainda, que mesmo sendo acadêmico, este feminismo é propositivo, por mobilizar reflexões, orientações e mudanças efetivas na vida cotidiana de grupos minoritários e subalternizados.

O feminismo vem se constituindo como epistemologia a partir dessas diferentes frentes e conceitos. Na atmosfera acadêmica, encontramos reflexões e pautas de maneira mais sistematizada, que nos ajudam a perceber e a construir mudanças sociais. Alguns dos questionamentos que procuramos refletir ao mobilizar essa discussão pautam-se sobre o sujeito defendido pelo feminismo, identificando e exaltando suas pautas, quais pontos devem ser levantados e discutidos para que uma pesquisa seja constituída como feminista, a partir de quais elementos metodológicos se desenvolve uma investigação feminista, quais procedimentos são considerados adequados em uma pesquisa feminista, etc.

Além desses aspectos, percebemos que tais orientações metodológicas, epistemológicas e procedimentais contribuem para uma articulação com os diferentes campos de saber, principalmente com a Educação, de maneira a almejar, por essa relação, compor e consolidar uma pedagogia de base feminista ou fazer do feminismo uma pedagogia em si. Isso porque a educação possui função social no que é relacionada a igualdade de oportunidades e nas formas de tratamento, principalmente no que concerne ao debate de gênero.

Para se pensar uma educação não sexista é preciso desenvolver a ideia que nos espaços educativos mulheres e homens devem ser considerados e validados de forma igualitária. Conforme explicita Andrea Moruzzi (2022, p. 25), é a partir dos feminismos em sua multiplicidade que é possível promover esse movimento de igualdade e justiça social, levando em consideração a premissa de que todos têm os mesmos direitos, “seria possível ler, analisar e agir sobre os problemas apontados, tanto no âmbito das pesquisas quanto no âmbito dos estabelecimentos escolares, que revelam ainda os problemas do sexismo e suas conseqüentes desigualdades sociais”.

Cabe ressaltar que recentemente a preocupação com o uso da linguagem inclusiva nos possibilita mobilizar um olhar sustentado pelos feminismos. No

tocante a essa questão da linguagem temos Grada Kilomba e André Fischer, que promovem, cada qual em seu lugar de fala, uma discussão sobre a importância da linguagem inclusiva como forma de viabilizar espaços subalternos ao mesmo tempo que visibiliza as mulheres brancas e não brancas, pessoas trans entre outras.

Além disso, os questionamentos acerca de quem são os produtores de conhecimentos que historicamente consolidaram a pedagogia, viabiliza-nos constatar o androcentrismo que sustenta o pensamento pedagógico. Outro dado importante a ser ressaltado e questionado é o por quê mulheres são tão pouco mencionadas e referenciadas quando se trata de olhar a matriz do pensamento educacional? Quando procura-se dar destaque às narrativas de mulheres, sejam elas brancas ou não brancas, estamos de alguma forma procurando produzir o conhecimento a partir desses lugares de falas, infletindo sobre o androcentrismo mencionado anteriormente. Estas são algumas das questões que trazemos quando procuramos entender em que consistem as epistemologias e as metodologias de pesquisas feministas.

Assim, neste trabalho, apresentaremos algumas dessas dimensões expostas a partir de alguns recortes, a saber: o levantamento realizado a partir das palavras-chave - feminismo, feministas, pesquisas feministas e metodologias de pesquisas feministas. O repertório encontrado foi estudado e analisado pelo grupo, sendo possível indicar algumas premissas iniciais, a destacar: abordagens ligadas às temáticas de gênero e que trazem a problematização da desigualdade; referentes a construção de estratégias para a promoção da equidade; pesquisas e metodologias propositivas, isto é, que procuram trazer uma dimensão pragmática para a transformação social, a qual em si é o grande propósito dessas perspectivas; abordagens que se preocupam com a linguagem, com a ética e com a visibilidade de pessoas que são normalmente escanteadas, como mulheres, mulheres negras, pessoas trans, entre outras. Para todas essas premissas, há direcionamentos e orientações que podem ser incorporadas nas pesquisas em educação, sobretudo, naquelas que se preocupam com a equidade e a justiça social, tal como as abordagens feministas.

Conduz-se uma discussão a partir de teóricas/os feministas que trazem aportes teóricos para a compreensão dos fundamentos que perpassam as epistemologias e metodologias feministas, como Restrepo (2016); Patricia Castañeda Salgado (2022), e Koller e Narvaz (2006) que contribuem na problematização sobre a construção dos sujeitos invisibilizados, em especial mulheres em uma perspectiva de entender os feminismos dentro de uma proposta epistemológica e metodológica. Indicamos também Grada Kilomba (2019) que debate sobre como

o racismo opera na subjetividade. Para isso dá destaque nas violências coloniais e em como operam até os dias de hoje, com ênfase nos saberes, principalmente no âmbito da linguagem. André Fischer (2020) nos ajuda a visibilizar as pautas e demandas no que concerne aos padrões normativos da língua portuguesa que destacam o sexismo, principalmente no fator predominante do uso do gênero masculino, à medida que destaca a significância da utilização do gênero neutro. Essas e outras dimensões serão destacados nesse trabalho no intuito de produzir um repertório teórico que visibilize o debate feminismo no âmbito da pesquisa.

EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO

Em sua multiplicidade, o feminismo tem se caracterizado como dispositivo de resistência e de transformação social que transcende obstáculos acadêmicos, territoriais e ativistas. Nesta ótica, tem perpassado a vida de sujeitos subalternizados e minoritários problematizando e trazendo orientações no combate às discriminações de gênero e sexualidade. Apesar de sua diversidade, de modo geral, compreende-se que suas finalidades estão alinhadas na busca pela justiça e igualdade social nas condições de vida, nas oportunidades e nas formas de tratamento.

Com o surgimento de uma gama de frentes e perspectivas feministas, a preocupação com a exploração sexista e opressão a partir das diferenciações biológicas entre os sexos, perpetuou uma “conscientização” feminista revolucionária que instigou a importância de aprender e lutar contra o patriarcado como sistema de dominação e opressão construído historicamente (bell hooks, 2023). A produção de uma literatura feminista perpassada a partir de uma demanda de recuperação da história das mulheres é uma das demandas mais bem sucedidas do feminismo contemporâneo (bell hooks, 2023).

As epistemologias e metodologias feministas, como já foi dito, são plurais em suas vertentes, pressupostos e alternativas metodológicas. No campo da educação, o feminismo tem se apresentado como movimento político e projeto epistemológico capaz de transformar o campo científico, trazendo à tona a luta pela igualdade e novas possibilidades para o estudo das dinâmicas sociais. As epistemologias e metodologias feministas, assim como o pensamento feminista, traduzem novas formas de se produzir conhecimento a partir de uma postura reflexiva, compreendendo que mulheres e homens possuem e constroem narrativas de maneiras diferentes (Koller; Narvaz, 2006).

Para Silvia Koller e Martha Narvaz (2006), as chamadas epistemologias feministas defendem a pluralidade metodológica e a abertura de um campo

multidisciplinar. Ou seja, “a ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, têm gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento” (Koller; Narvaz, 2006, p. 651). Por esse motivo, a epistemologia feminista pode ser considerada um campo instável, uma vez que, ela “é espaço de contestação do que é considerado conhecimento, quem define e como é colocado para o sujeito” (Koller; Narvaz, 2006, p. 651).

Se atentando para o uso da genealogia em uma perspectiva Foucaultiana, considera-se a problematização das condições de emergência de determinados fatos. Em outros termos, é uma metodologia de constituição histórica que busca reconhecer as condições que permearam as perspectivas para então problematizá-las, cuja intenção é evidenciar as relações de força que existem entre determinadas manifestações. Trazendo para o entendimento de uma genealogia feminista concebe-se as causas e as justificativas para sua estruturação e consolidação. Nesse sentido, há um conjunto de condições que tornaram possível a emergência do feminismo como conceito, pressuposto e dispositivo de resistência.

A antropóloga feminista Patricia Castañeda Salgado contribui para pensarmos sobre os procedimentos e metodologias da investigação acadêmica feminista. Ela afirma que há particularidades e características próprias desta maneira de fazer pesquisa e gerar conhecimentos, as quais ela destaca: focar a experiência das mulheres, em suas histórias de vida, atravessadas pelo patriarcado; questionar e refletir sobre a suposta neutralidade das metodologias científicas hegemônicas e; trazer apoio das teorias feministas, rompendo com autores que tenham uma perspectiva nitidamente androcêntrica, misógina e sexista.

Nesse sentido, tal como aponta Patricia Castañeda Salgado (2022), são pesquisas que pretendem gerar conhecimentos políticos, sem pretensão de neutralidade e comprometidos com os problemas sociais, de maneira a mudar noções, princípios e práticas que alterem as condições de desigualdades e opressões existentes, e que também se afastem do capitalismo. Essas pesquisas feministas, portanto, implica romper com a ideia de que há distinção entre sujeita-objeto, propondo justamente o contrário: uma intersubjetividade, ou seja, que quem investigue esteja profundamente envolvida com os temas da sua investigação.

É assim que para Patricia Castañeda Salgado (2022), a pesquisa feminista é um exercício político e acadêmico que possibilita outras formas de pensar e viver contemporaneamente, apresentando caminhos emancipatórios. No entanto, é preciso compreender esta emancipação não somente enquanto exercício individual, mas também como compromisso político coletivo. Portanto, a importância de aproximar feministas que atuam em diferentes campos sociais, principalmente fortalecendo as relações entre os feminismos acadêmicos e os ativismos.

Assim como cita bell hooks (2023) os feminismos devem pensar em uma educação com base feminista para a efetivação de condições iguais e justiça social, pois não criamos espaços educativos com princípios feministas que contribuam para o bem estar de nossas comunidades e da sociedade. Segundo a autora, ao falhar na construção de um movimento educacional que permita ensinar sobre a persistente desigualdade entre homens e mulheres e grupos sociais minoritários e marginalizados, produz-se um sistema estrutural que permite a condução de práticas sexistas, violentas e racistas na nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro dos feminismos, o restabelecimento de vínculos genealógicos é uma estratégia política que tem permitido a recuperação de um legado subalternizado, a visibilização dos aportes teóricos, epistemológicos e geracionais e a identificação de uma opressão feminina em uma perspectiva histórica permitindo revisitar a ação política feminina. Esse método genealógico discutido por Alejandra Restrepo (2016) é uma opção metodológica de investigação feminista que nos permite superar uma história-relato para optar por uma história-problema dentro de um projeto coletivo de transformação social. Restrepo (2016, p. 24), traz-nos o seguinte questionamento: “Mas o que realmente significa produzir uma pesquisa feminista a partir do método genealógico?”⁵

Para responder a tal indagação, Restrepo (2016) recorre à Rosa María Rodríguez Magda (2004) que propõe a discussão de que a genealogia em uma perspectiva feminista pode ser entendida por meio da desconstrução do saber/poder a partir das concepções teóricas trazidas por Foucault e do rompimento de uma genealogia patriarcal que, por sua vez, nega a feminina. Ou seja, a desconstrução do saber/poder que propõe a discussão das relações e das diferenciações das genealogias femininas e feministas que ora divergem ora se complementam.

Pode-se afirmar que a genealogia feminista, assim como Restrepo (2016, p. 28) evidencia,

[...] permite el análisis de las condiciones de producción de discursos y las prácticas de la vida social para entender cómo se constituyen los sujetos inmersos en relaciones de poder. No se trata de la narración secuencial de los hechos, genealogizar exige situar la emergencia de las concepciones e ideas en disputa, en su contexto histórico, social,

5 ¿Pero qué significa realmente hacer del método genealógico una opción metodológica de investigación feminista?” (Restrepo, 2016, p. 24).

político y cultural y encontrar el sentido de esas construcciones en la relación de poder en que están inmersos los actores concretos⁶.

Entretanto, a perspectiva da genealogia feminista não se restringe simplesmente ao uso feminista de uma genealogia foucaultina, mas a reconstrução de inflexões das formas de poder em uma construção sociocultural dos gêneros. A crítica, nessa perspectiva, surge da problematização do lugar histórico ocupado pelas mulheres e pela denúncia da invisibilidade que historiadores e teóricos têm estabelecido em relação ao estudo da trajetória de experiência e mobilização política das feministas nos mais distintos contextos.

Mas, por sua influência a partir do pensamento de Nietzsche e Foucault, a genealogia feminista conduz um debate que toma por base a compreensão do presente por meio das discontinuidades, das permanências e das emergências do processo de construção da história, do conhecimento e dos debates entorno das narrativas. A genealogia feminista permite, nesse sentido, a análise das condições de produção dos discursos e das práticas de vida social de modo a compreender a constituição dos sujeitos nas relações de poder. Não apenas conduzir um debate sobre a sequência de fatos, mas situar e problematizar a emergência da (des)construção de novas concepções e ideais em disputas no contexto histórico, político, educacional e social das mulheres.

Foucault (1969) em *Arqueologia do Saber* destaca como ocorre a produção dos saberes científicos e dos discursos que justificam esses saberes. Sua ideia denota como os saberes científicos se apresentam como válidos, destacando as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas. Pensando nisso, destaca-se a produção da linguagem como dispositivo que nos atravessa, constrói normas e subjetividades. A linguagem inclusiva também é perpassada dentro do feminismo ao nos referirmos ao gênero masculino como referência neutra na língua portuguesa. Isso porque o que predomina em muitas palavras do nosso idioma é o uso do gênero masculino para referenciar grupos de pessoas formados tanto por mulheres, pessoas trans etc. quanto por homens.

A utilização gramatical faz parte de uma norma considerada e tida como padrão. Contudo, a disposição do gênero masculino como referencial universal em algumas palavras para generificação denota a manifestação do sexismo e do machismo que invisibiliza a presença de mulheres e outras pessoas e que

6 “[...] permite a análise das condições de produção de discursos e das práticas da vida social para entender como se constituem os sujeitos imersos em relações de poder. Não se trata da narração sequencial dos acontecimentos, genealogizar exige situar a emergência das concepções e das ideias em disputa no seu contexto histórico, social, político e cultural e encontrar o sentido dessas construções na relação de poder em que estão imersos os agentes sociais”.

marginalizam ou violentam pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência e outras populações vulneráveis nas mais diversas instâncias. André Fischer (2020) discute um movimento para criação de uma linguagem que seja inclusiva, uma vez que, o domínio da palavra, a compreensão global de um texto, por exemplo, são questões de cidadania e de direito de todas as pessoas.

A proposta de Fischer (2020, p. 6) sobre a linguagem inclusiva “não é um mimimi” e algo trivial, ao contrário, por se tratar de cidadania, direito e justiça social que esse tipo de levantamento deve ser uma preocupação não apenas da esfera acadêmica, mas de toda sociedade. Em seu “Manual Prático de Linguagem Inclusiva”, Fischer nos apresenta diversos exemplos em que o uso de palavras que estão no masculino produzem efeitos positivos em detrimento do mesmo vocábulo quando se está no feminino, vejamos algumas amostras:

[...] Governante - que ou aquele que governa.

Governanta - mulher que administra uma casa alheia.

Mundano - o indivíduo que aprecia os bens e prazeres deste mundo.

Mundana - prostituta, meretriz (Fischer, 2020, p. 6).

A citação acima mostra como a linguagem pode perenizar e reforçar os estereótipos e a opressão contra as mulheres (brancas e não brancas), pessoas trans, com deficiência, imigrantes e emigrantes, indígenas, crianças, idosas, LGBTQIA+ etc. A linguagem é instrumento de saber e de poder, pois com ela podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, “mudar também a nossa mentalidade e das pessoas com quem nos comunicamos” (Fischer, 2020, p. 5).

A produção de uma linguagem neutra e nem o seu uso não significa dizer que o machismo patriarcal da qual somos frutos seja excluído do nosso cotidiano ou da nossa cultura. Todavia, pequenas mudanças podem promover a inclusão de pessoas invisibilizadas e/ou rechaçadas, a fim de construir uma sociedade menos machista e sexista. A linguagem enquanto signo ideológico que atravessa o sujeito vai, como já exposto, perpetuar “estereótipos do que um dia foram considerados ‘papéis adequados’ para mulheres e homens na sociedade” (Fischer, 2020, p. 5), papéis estes que foram descritos e caracterizados por homens, os quais hostilizam e menosprezam as mulheres (brancas e não brancas); trans; crianças; indígenas, deficientes entre outras camadas estigmatizadas.

Deste modo, é importante fomentar e impulsionar o uso de uma linguagem que minimize a marcação do gênero masculino, como forma de mudar tal realidade, considerando a substituição de certas palavras e expressões por outras formas de manifestação da linguagem que não estejam focadas nos marcadores

de gênero e que não possuam características agressivas com outros grupos vulneráveis.

Neste sentido, podemos traçar uma relação entre os estudos de Fischer (2020) com a psicóloga e artista plástica Grada Kilomba, que traz à tona um debate interdisciplinar sobre como o racismo opera na subjetividade, destacando como as violências coloniais operam até os dias atuais, inclusive, por meio da linguagem. Segundo Kilomba (2019) os processos de subjetivação perpassados por gênero, raça e classe são permeados de eventos discursivos violentos, reiterados por um padrão de abuso racial construído historicamente.

Pensar isso no campo educativo é evidenciar formas de desconstrução de modelos tidos como universais, conduzindo um debate para a construção de novas narrativas com bases igualitárias e justas, de modo a significar e validar conhecimentos invisibilizados historicamente a partir de uma ótica colonialista. Isso porque dentro da educação, a falta de representação de povos historicamente marginalizados ainda é um caminho que justifica a inferiorização, violência e exclusão.

Linguagem e educação, por exemplo, denota como essa questão ainda é pertinente. A linguagem, sendo dispositivo de poder, também funciona como um ordenador hierárquico que define pertencas e distanciamento entre grupos e sujeitos. É no exercício de pensar a escola como ambiente transformador, que se evidencia a necessidade de ver a linguagem como esse lugar de disputa e desencadeador de violências e estigmas.

Kilomba (2019) mostra como a língua é utilizada para reproduzir palavras e terminologias perpassadas no período colonial, que promovem a exclusão e a perenização do racismo, que também é estrutural assim como o sexismo. O racismo é cruel e perverso ao passo que em seu processo ele desumaniza as pessoas, afetando de vários modos os sujeitos. A mulher negra é construída a partir do olhar do homem branco, que a invisibiliza e a coloca no lugar de subalterna. Em “Memórias da plantação”, Kilomba (2019, p.123) fala sobre a invasão dos corpos negros assim como sua domesticação e docilização, identificando aquilo que está dentro ou não dessa sociedade branca e hegemônica.

Kilomba (2019) traz, em seu livro, o retrato de uma mulher negra escravizada com uma mordada na boca, pois a

boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem - e precisam - controlar e, conseqüentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2019, p. 33-34).

A boca é o meio pelo qual a linguagem ganha vida e, por conseguinte, também se torna um perigo para parcela da sociedade. A mulher escravizada da imagem em questão vem identificada como “Escrava Anastácia”, observa-se o uso do termo “escreva” para defini-la enquanto sujeito social. Ao dizer escrava, tem-se a mediocrização dos fatos na qual ela foi inserida, ou seja, coloca-a como sujeita que naturalmente é assim. Diferentemente, ao dizermos que essa mulher em questão foi escravizada, ela deixa de ser o objeto e não há a exclusão daquele que produz essa violência, isto é, o sujeito que produz a ação de escravizar é identificado e, assim, pode ser punido por tais atos.

A questão de como a língua é afetada pela raça e etnia, mostra-nos como ela é poderosa ao passo que conforma lugares de fala e de existência, como por exemplo, os africanos e os indígenas que tiveram que utilizar o português como “sua primeira língua” em detrimento da linguagem originária ou materna. Por isso, destaca-se como esse processo de invisibilidade por meio da língua/linguagem validou o conhecimento europeu, configurando relações de poder por meio de uma supremacia branca.

Pensar a linguagem vai além da simples comunicação, a língua é um instrumento vivo capaz de promover a evolução da sociedade. Ou seja, “falar e escrever tomando cuidado ao escolher palavras que demonstrem respeito a todas as pessoas, sem privilegiar umas em detrimento de outras. Esse é o objetivo de quem usa a linguagem inclusiva” (Fischer, 2020, p. 5).

Dentro do pensamento feminista negro como epistemologia, podemos destacar Patrícia Hill Collins (2019). A autora destaca o pensamento feminista negro estadunidense como forma especializada de pensamento que reflete a experiência das afro-americanas. Temas centrais como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político são enfatizados como forma de destacar a importância de compreender as opressões interseccionais de mulheres negras, principalmente no contexto estadunidense. A partir dessa narrativa, a autora evidencia o conhecimento subjugado de grupos subordinados - principalmente de mulheres negras- determinando como as relações de poder determinam o que é válido e verdadeiro.

O processo de validação e legitimação do conhecimento é representado de forma a proteger os interesses de homens brancos e poderosos (Collins, 2019). O pensamento feminista negro como epistemologia trata em específico de abarcar práticas e conhecimentos centrais que situam mulheres negras em situações de injustiça. Cabe dizer que sua teoria social crítica está imbricada no compromisso com justiça para a próprio grupo e para outros grupos subordinados - homens

negros, mulheres africanas, membros de outros grupos raciais/étnicos favorecendo para um processo de justiça social em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar sobre as epistemologias e metodologias de investigação feminista, há de se reconhecer as particularidades e características que as constituem, principalmente no que concerne a experiência das mulheres e dos sujeitos invisibilizados, suas histórias de vida e suas especificidades dentro do sistema violento e patriarcal a partir de uma história-problema.

As epistemologias e metodologias feministas, contribuem no debate e na problematização das descontinuidades e permanências históricas que conduzem as narrativas, discursos e comportamentos que colocam grupos à margem, subalternizando suas formas de comportamento, vida, linguagem e manifestação. O sistema colonial e patriarcal possibilitou a construção de narrativas sobre o que é conhecimento, arte, sexualidade e gênero, criando padrões e hierarquizando corpos em detrimento de outros.

A partir daí foi estabelecido certas categorias que normalizam palavras, imagens e comportamentos que podem representar a condição humana. Contudo, a partir do que foi abordado é imprescindível reconhecer que esse sistema faz parte de uma estrutura sexista e misógina que invisibiliza determinados grupos. Isso é o caso da língua e da linguagem, por exemplo, que transporta marginalização contra mulheres, LGBTQIA +, pessoas com deficiência e outros grupos. Conduzir um debate que desconstrua esse sistema e o problematize é uma nova configuração para alcançarmos justiça e igualdade social tais grupos e sujeitos, principalmente dentro da educação. Considera-se que os feminismos e suas vertentes têm possibilitado essas reflexões.

REFERÊNCIAS

CEIICH UNAM. Investigación Feminista/Patricia Castañeda Salgado. YouTube, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dX2JoLUjtNE>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FISCHER, André. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva**. São Paulo: 2020. Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva_neo.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 21 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LESA ENES MORELIA.CASTAÑEDA, M. P. S. **Entramas Feministas**: Conversaciones epistémicos-sintientes/Dra. Martha Patricia Castañeda Salgado., YouTube, 7 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DwYGC-G0I8i4&t=1176s>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006b, p. 647-654.

RESTREPO, Alejandra. La genealogía como método de investigación feminista. In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia (coord.). **Lecturas críticas en investigación feminista**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.